



XIV SEUR – III Colóquio Cidade e Cidadania

TERRITÓRIOS EDUCATIVOS DA CULTURA: O DIREITO À CIDADE EM UMA EDUCAÇÃO PARA A CIDADANIA

Alexandre M. Matiello, UFFS /DINTER UFFS/UFRJ (PROARQ), e-mail:

alexandre.matiello@uffs.edu.br

Alecsandra Jadoski, UFFS, e-mail: ale_jadoski@hotmail.com

Marilita Dias Duarte, UFFS, marilitadias@hotmail.com

Roseny Bernardi, UFFS, e-mail: roseny.ll1@gmail.com

UFFS – Universidade Federal da Fronteira Sul

RESUMO

No bojo dos princípios da Cidade Educadora, o direito à cidade encontra nas experiências dialéticas entre os sujeitos da cidade, a comunidade escolar e de seu entorno, e mais especificamente, por intermédio dos artefatos arquitetônicos e urbanísticos, uma forma rica e intensa para seu exercício. Catalisar os processos de ampliação de territórios educativos contribui para reverter políticas territoriais excludentes, as quais acentuaram o surgimento de espaços segregados, com características de privação social, econômica e cultural. Este foi o objetivo do projeto Bolsa Cultura, realizado por estudantes da Universidade Federal da Fronteira Sul durante o 2º semestre de 2018 junto às crianças do ensino integral da Escola Parque Cyro Sosenoski em Chapecó-SC, a qual se encontra em condições de vulnerabilidade socioeconômica. Foram realizadas oficinas culturais que adaptaram instrumentos da percepção ambiental e da avaliação do ambiente construído para estimular as crianças a ressignificar as memórias do bairro e possibilitar a compreensão das relações sociais ali especializadas. As atividades envolveram errâncias pelo território, elaboração de maquetes, trabalhos sobre cartografia e com imagens, oportunizando a escuta das crianças e a interação com os envolvidos no projeto, que a partir disto, experimentavam um enfoque educativo em que a abordagem da dimensão da cidadania transcendia os muros da escola e o enfoque disciplinar. O projeto permitiu verificar que a formação integral das crianças ainda não incorpora o direito à cidade como dimensão pedagógica e apontou que as crianças têm uma compreensão bastante complexa acerca do bairro, da cidade e dos direitos a ela relacionados.

Palavras-chave: Territórios Educativos, Direito à cidade, Cidadania, Cidade Educadora

RESUMEN

En el seno de los principios de la Ciudad Educadora, el derecho a la ciudad encuentra en las experiencias dialécticas entre los sujetos de la ciudad, la comunidad escolar y de su entorno, y más específicamente, por intermedio de los artefactos arquitectónicos y urbanísticos, una forma rica e intensa para su ejercicio. Catalisar los procesos de ampliación de territorios educativos contribuye a revertir políticas territoriales excluyentes, las cuales acentuaron el surgimiento de espacios segregados, con características de privación social, económica y cultural. Este fue el objetivo del proyecto Bolsa Cultura, realizado por estudiantes de la Universidad Federal de la Frontera Sur durante el 2º semestre de 2018 junto a los niños de la enseñanza integral de la Escuela Parque Cyro Sosenoski en Chapecó-SC, la cual se encuentra en condiciones de vulnerabilidad socioeconómica. Se realizaron talleres culturales que adaptaron instrumentos de la percepción ambiental y de la evaluación del ambiente



construído para estimular a los niños a resignificar las memorias del barrio y posibilitar la comprensión de las relaciones sociales allí especializadas. Las actividades involucraron caminares errantes por el territorio, elaboración de maquetas, trabajos sobre cartografía y con imágenes, dando la oportunidad de la escucha de los niños y la interacción con los involucrados en el proyecto, que a partir de esto, experimentaban un enfoque educativo en que el abordaje de la dimensión de la ciudadanía trascendía los muros de la escuela y el enfoque disciplinario. El proyecto permitió verificar que la formación integral de los niños aún no incorpora el derecho a la ciudad como dimensión pedagógica y apuntó que los niños tienen una comprensión bastante compleja acerca del barrio, de la ciudad y de los derechos a ella relacionados.

Palabras clave: Territorios Educativos, Derecho a la ciudad, Ciudadanía, Ciudad Educadora

1. INTRODUÇÃO

Dentro do conceito de territórios educativos, apresentaremos aqui a proposta de, pelo pretexto da ampliação da jornada ampliada da escola, levar as crianças a aprender o exercício do direito à cidade. No bojo dos princípios da Cidade Educadora, movimento que se difundiu a partir da Carta e dos congressos dedicados ao tema, o direito à cidade pode encontrar pelas experiências dialéticas entre os sujeitos da cidade, a comunidade escolar e de seu entorno, e mais especificamente, por intermédio dos artefatos arquitetônicos e urbanísticos, uma forma rica e intensa de estímulo ao exercício do direito à cidade.

De acordo com Vintró (2003, p. 48), a concepção de cidade educadora deve transmitir determinados valores e tornar visível a diversidade em seu próprio desenho, a despeito da modernidade racional ter projetado uma cidade especializada com “áreas de recreação e de ócio, áreas universitárias, áreas residenciais, áreas culturais, áreas comerciais [...]”. Portanto, catalisar os processos de ampliação de territórios educativos é um meio de reverter políticas territoriais excludentes, próprias do capitalismo, as quais tornaram acentuados o surgimento de espaços segregados, com características de privação social, econômica e cultural, com implicações muito sérias para a infância. Portanto, o território, que já é palco da vivência cotidiana, passa a ser educativo quando é incorporado como objeto e conteúdo por parte de ações pedagógicas, envolvendo os equipamentos, relações e agentes, para além da escola. Rios (2012) aconselha a incorporação de novos cenários educativos, como as bibliotecas populares, os museus, os sindicatos, os partidos políticos, as organizações não governamentais, os clubes, as igrejas, os movimentos sociais, etc.

Contudo, a realidade periférica da maioria das cidades brasileiras, ao mesmo tempo que se mostra empobrecida no que diz respeito a espaços culturais, revela que a utilização do espaço público tem sido cada vez mais alijada da presença das crianças, seja devido à violência ou ao estímulo às atividades no espaço doméstico. Por outro lado, se isto acontece no cotidiano em geral, na vida escolar, o desafio de incorporar a cidade como objeto de



aprendizado tem sido pouco explorado.

Neste sentido, o projeto que aqui apresentamos visou como público-alvo crianças do 1º ao 5º ano que frequentam o tempo integral em uma escola pública em Chapecó-SC, a qual se encontra em um bairro com grande vulnerabilidade socioeconômica, o Efapi. As experiências foram desenvolvidas por meio de oficinas com as crianças baseadas em instrumentos adaptados da percepção ambiental e a da avaliação do ambiente construído, oriundos da Arquitetura e Urbanismo.

Se houvesse pessoas formadas com a consciência em Arquitetura e Urbanismo, isto poderia fortalecer os laços entre os atores da cidade, sejam eles arquitetos, cidadãos e autoridades – o que poderia incrementar o diálogo nas instâncias decisórias (BARREAU DALY & TORRES GÁLVEZ, 2007). Entendemos que esta consciência pode se somar a outros saberes a respeito da cidade e que também não reduz a dimensão de participação nas coisas da cidade apenas aos adultos, pois a própria Convenção dos Direitos das Crianças preconiza que estas devam ser ouvidas em tudo o que disser respeito aos seus direitos. Contudo, é necessário passar de uma dimensão em que as crianças sejam apenas objetos de medidas protetivas sob tutela do adulto, a um caminho que por meio da participação política precoce possam também exercer de forma autônoma seus direitos, num exercício gradativo (GARCIA, 2015).

Sendo assim, educar para a cidadania transcenderia uma formação amparada em disciplinas mais tradicionais, comportando, como indicam García Perez & De Alba Fernandez (2008), um enfoque educativo mais complexo e uma dimensão vinculada a ação, sem desvincular o conhecimento da intervenção social sobre distintas escalas (bairro, cidade, estado, mundo), e que por isto mesmo, não deva estar circunscrita às instituições formais de ensino e seu espaço intramuros.

A intenção deste projeto foi levar as crianças a reconstruir memórias do bairro onde moram, reconhecendo os lugares, e desta forma, possibilitar pela compreensão das relações sociais um fomento da dúvida e da crítica, estimulando o raciocínio e busca pelo conhecimento. Desta forma, se estabeleceu como objetivos desenvolver nas crianças em formação integral, por meio da incorporação de novos territórios educativos, a percepção e o exercício do direito à cidade bem como estimular a apropriação de territórios do entorno escolar como conteúdo e suporte para atividades educativas que as ensinem a promoção ampla do direito à cidade, em especial, os espaços públicos, sobretudo a rua.

Para Saule Jr. (2007, p. 68) o direito à cidade inclui o “direito ao desenvolvimento, a



um meio ambiente sadio, ao desfrute e preservação dos recursos naturais, à participação no planejamento e gestão urbanos e à herança histórica e cultural”. Schonardie et al. (2013) lembram que o direito à cidade vem ocupando a pauta desde o final do século XX, sobretudo a partir da Carta Mundial pelo Direito à Cidade, a qual assinalou a necessidade de tutelar os direitos humanos, também, no âmbito urbano. Este documento relaciona o direito à cidade com os direitos humanos internacionalmente reconhecidos, incluindo, portanto, os direitos civis, políticos, sociais, econômicos, ambientais e culturais. Para estes autores, o direito à cidade se baseia em princípios epistemológicos marcados pelos direitos humanos, objetivando transformar a cidade em um espaço onde todas as pessoas possam gozar os direitos humanos, por meio da viabilização do bem-estar coletivo com igualdade e justiça social.

É importante refletir que, se a cidade que se tem não testemunha o pleno alcance destes direitos, é com ela inexoravelmente que se precisa contar neste contexto de novos espaços para a formação integral. É aí que reside a importância do projeto: dar oportunidade ao direito à cidade, desde a infância, a partir e para além dos muros da escola. Só assim se estimula o desenvolvimento de competências necessárias na formação de um indivíduo integral, e que incluem além da dimensão cognitiva, a qual a escola prioritariamente procura dar conta, também a emocional e a social. Para Sierra e Mesquita (2006) há uma relação muito estreita entre estas competências e a cidade, pois a convivência no espaço público é relevadora do grau de civilidade e indicadora da ordem democrática. As autoras também alertam que as condições de habitação, educação, circulação e saúde são intimamente ligadas ao direito à cidade e ao desenvolvimento destas competências pelas crianças e adolescentes.

Desta forma, acredita-se que o cenário para a Educação em Tempo Integral, estimulado nos últimos anos por políticas públicas e aportes financeiros, oportuniza para o campo da Arquitetura e Urbanismo uma penetração de seus conhecimentos junto a um público especial em formação, crianças e adolescentes. Observando-se que o território das periferias é extremamente fragmentado e de que as redes com as quais as crianças e adolescentes estão em contato vão formar e influenciar toda sua trajetória, surge a necessidade do olhar para estes grupos sociais, dentro do quais as crianças são as mais vulneráveis e esquecidas pelas políticas públicas.

2. DESENVOLVIMENTO

Nos diversos estudos e experiências práticas que investigamos para a realização deste projeto é muito comum a utilização da *pesquisa-ação* e/ou da *pesquisa participante*.



Vasconcelos (2011) alerta que a pesquisa-ação implica em uma negociação entre os pesquisadores e os atores os quais participam “ativamente das decisões e nas tarefas de investigação e intervenção organizacional, tornando-se copesquisadores de sua própria realidade” (p. 182), o que não exclui também a possibilidade de promover capacitação dos atores, pois estes estão interessados em solucionar problemas coletivos.

Desta forma, o projeto teve boa aceitação na escola justamente por envolver os professores e a gestão em um processo formativo em que o aprendizado também era dialógico. A equipe de realização do projeto contou com três estudantes entre bolsista e voluntárias do curso de Ciências Sociais da Universidade Federal da Fronteira Sul sob coordenação de um professor arquiteto e urbanista durante o 2º semestre de 2017 e com suporte do Edital Bolsa Cultura da Pró-reitoria de Extensão e Cultura.

Desde o início, o desafio metodológico era fazer com que houvesse uma escuta das vozes das crianças de uma maneira que tanto o estímulo a elas como a interpretação de suas falas não acentuasse o antagonismo entre o mundo dos adultos e da infância. Como nos alerta Garcia (2015), dar-lhes voz é permitir que possam intervir em seu meio e gerar conhecimento social, sendo uma tarefa não só da escola, mas da comunidade, dos espaços sociais, culturais e políticos, todos cooperando para a sua escuta. O território vivido do bairro, neste sentido, foi mais que um objeto, mas um amálgama, que permitiu que o elemento comum entre os dois mundos se revelasse como aglutinador dos interesses, uma vez que para as crianças, as atividades tinham um caráter lúdico.

Contudo, mesmo que fossem utilizados de diários de campo, gravação de áudios, vídeos e fotos, o processo de compreensão demandava uma habilidade que foi se aprimorando ao longo do tempo em que o professor e as estudantes foram abarcando a complexidade de expressão das crianças, pois como assevera Friedmann (2011), é necessário escutá-las em sua inteireza, o que inclui o que diz o corpo, a mente, as emoções, e que é manifestado em gestos, movimentos e ludicidade, muito além das palavras.

Delgado e Müller (2005) chamam a atenção para compreensão da cultura das crianças, que convencionalmente tem sido ignorada no âmbito acadêmico, comumente silenciadas nos trabalhos mais tradicionais. Por isto, recomendam que o comportamento do adulto seja atípico, um amigo que procure compreender como a criança interpreta o mundo.

Azevedo (2012) em estudos que se referem ao espaço escolar, e que podem ser replicados para os demais territórios educativos, aponta que as pesquisas com as crianças devam adotar uma “abordagem multimétodos”. Por isto, o projeto transportou instrumentos



da percepção ambiental e da avaliação do ambiente construído descritos em Rheingantz *et al.* (2009) que foram adaptados em oficinas de maneira a se adequar ao universo infantil e escolar. No caso do *Walkthrough*, a atividade foi realizada com um percurso errante pelo bairro com cada uma das turmas, como atividade inicial, por diferentes direções, em que as próprias crianças eram guias, evitando a condução adultocêntrica. Estes trajetos a esmo procuram também romper com o andar orientado, objetivando livrar-se dos condicionamentos.

Ao longo dos percursos, questões eram postas para as crianças, como: aonde brincavam, do que brincavam, se andavam sozinhas, que espaços já conheciam, se sabiam o que funcionava, qual espaço o bairro destinava às crianças, quais perigos existiam para sua circulação, entre outros, o que “detonava” outras questões nesta entrevista-percurso (*Walkthrough*), utilizada para rápida compreensão dos aspectos positivos e negativos do ambiente em análise (RHEINGANTZ *et al.*, 2009).

Entre os pretextos utilizados para realização do percurso estava o recolhimento de sucatas para a realização de um trabalho posterior, a proposta de serem “detetives do bairro” para apontar aspectos positivos e negativos para as crianças, ou o “*bairrobook*” (FOTO 01), em que fotografavam estes aspectos acompanhados de plaquetas com *emojis* comuns em redes sociais. Também após o percurso foram propostos registros por parte das crianças na forma de desenhos e frases que remetem ao instrumento Poema dos Desejos que para Rheingantz *et al.* (2009) é hábil em capturar a espontaneidade dos participantes e revelador de suas expectativas.

A Seleção visual, que é indicada para apreender os valores e significados dos participantes a respeito do ambiente, demonstrando por meio da simbologia e do imaginário as representações sociais (RHEINGANTZ *et al.*, 2009) foi adaptada na forma de um Jogo da memória (FOTO 02), no qual uma seleção de fotos de equipamentos e lugares do bairro e da cidade eram dispostos para as crianças para que indicassem seu reconhecimento e o funcionamento atribuído.



FOTO 01 - Walkthrough – Bairrobook

Foto dos autores



FOTO 02 - Seleção visual - Jogo da Memória

Foto dos autores

Além destes instrumentos, outros foram empregados a partir da aplicação e difusão em outras pesquisas pelo Grupo de pesquisa Ambiente-Educação (GAE) do Programa de Pós-graduação em Arquitetura da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Entre eles está o Mapeamento visual, que permite avaliar a percepção quanto à apropriação e demarcação dos territórios (RHEINGANTZ *et al.*, 2009). Neste caso, a oficina adaptada proposta foi o Baguncidade (FOTO 03), na qual um mapa do bairro como um todo foi disponibilizado aos grupos de crianças para que pudessem alocar com tarjetas simbólicas equipamentos que fossem destinados ao uso das crianças no bairro, o que também permitiu avaliar seu grau de compreensão da linguagem cartográfica.

Outro recurso adaptado do Mapeamento visual foi a Maquete afetiva (FOTO 04), em que por meio de recursos muito familiares nas atividades escolares, as crianças foram demandadas a executarem em um modelo com sucatas e outros materiais uma proposta para um terreno baldio em que figurasse um equipamento para as crianças. Em outra escala, foi feita também uma maquete simbólica do bairro inteiro (FOTO 05 e 06), em que as crianças precisavam propor equipamentos igualmente na forma de modelos, contudo, inspiradas por projetos reais de arquitetura que lhes foram sumariamente apresentados como referências visuais, o que de certa forma, também é uma aplicação da seleção visual. Nesta proposta, a maquete foi nomeada como a Efapi dos Sonhos. Todos estes instrumentos, obviamente, serviam de pretexto, para que durante sua aplicação/realização as crianças fossem sendo indagadas sobre seus interesses, receios, expectativas e graus de apropriação do bairro e da cidade.



FOTO 03 - Mapeamento Visual – Baguncidade
Foto dos autores



FOTO 04 - Poema dos Desejos - Jogo da Memória
Foto dos autores



FOTO 05 – Seleção Visual – Maquete Afetiva Efapi dos
Sonhos
Foto dos autores



FOTO 06 - Poema dos Desejos - Maquete Afetiva Efapi dos
Sonhos
Foto dos autores

Entre as percepções possibilitadas na aplicação destas oficinas, está a de que, não obstante a utilização do espaço público e a vida coletiva estejam também mais reduzidos do que outrora em bairros periféricos, ainda há uma intensa vivência da infância nestes espaços, ainda que sob uma vigilância protetora dos responsáveis. Mesmo que o morar em condomínios já seja uma realidade para uma minoria, considerando a consolidação do bairro, o morar em casa ainda favorece uma apropriação do espaço da rua que vai se dilatando



conforme a idade e o grau de relações com crianças de faixa etária maior. Os que moram em conjuntos de edifícios relataram restrições como as para brincar com crianças de “fora”, pois o playground é restrito pra moradores.

No que se refere às relações sociais, há uma rede intensa de parentesco que habita o bairro, e que facilita a circulação das crianças por uma extensão maior e o usufruto de espaços mais distantes da casa. Quando perguntados sobre os lugares em que brincam, além da rua, apareceram relatos de campinhos de futebol, do CEU - Centro de artes e esportes unificado (um equipamento mais recente construído com recursos do governo federal e presente em algumas cidade brasileiras) e do “matinho”, uma área verde próxima a escola que foi recentemente reabilitada. Nestas duas últimas há playground.

Embora não surpreendente, considerando a posição de vulnerabilidade do bairro, foi muito recorrente a manifestação sobre situações de insegurança, com narrativas que apontavam lugares em que havia consumo e tráfico de drogas, o que acabava por cercear a utilização mais livre das crianças de determinados equipamentos, ao menos em alguns horários, como o caso do CEU e o matinho. De forma paradoxal, a dinâmica da violência é conteúdo de suas brincadeiras, tendo sido relatada que a bancada de venda de drogas com armas é uma das simulações feitas como diversão.

Mesmo na periferia mais pobre, há diversidade social, e há crianças que relatam o usufruto de outros espaços da cidade e mesmo espaços privados e com ônus para o lazer com a família. O fato de permanecerem na escola nos dois turnos também lhes “tira” tempo da brincadeira e da utilização do espaço público, ainda mais que algumas crianças já desempenham tarefas domésticas que são realizadas quando chegam em casa, como foi relatado.

Embora digam que há espaço para elas brincarem, a aplicação dos instrumentos revelou muito das expectativas das crianças quanto à espaços que não existem no bairro, como lazer em espaços cobertos, quadras de esporte, piscinas e parques de diversão, espaços estes materializados nas oficinas e que eram indicados pelas crianças como devendo ser gratuitos. A observação das crianças nos espaços de *playground* apresentou formas de apropriação diferentes daquelas intencionadas, com a aparente “subversão” do uso de equipamentos como o escorregador e mesmo a preferência por subir em árvores, brincar com cachorros de rua, com galhos caídos, etc, o que pode colaborar para compreender que o espaço existente é mais importante do que as funções pré-determinadas para sua utilização.

Foi interessante perceber que não há por parte delas uma separação entre o brincar e o



apropriar o território entre meninos e meninas. Os interesses eram muito parecidos e mesmo campinhos de futebol estavam no universo de usos e expectativas das meninas. O que apareceu como conflito foi a disputa de utilização destes espaços com jovens e adultos, considerando que o bairro é densamente povoado e tem poucos espaços, sendo que as crianças acabam tendo pouca vez nestes equipamentos.

Além do brincar, as crianças utilizam-se da circulação na rua para acompanhar os pais às compras, frequentar atividades extraescolares como escolinhas de futebol e para ir no posto de saúde. A má qualidade dos passeios, da iluminação e de demais serviços públicos foi também intensamente relatada pelas crianças como obstáculo para utilização dos espaços públicos. Além de perceber as deficiências, elas eram muito esclarecidas sobre a negligência do poder público. A indicação de posto policial e subprefeitura para o bairro apareceram nas propostas da maquete para a Efapi dos sonhos, mesmo que concorressem com equipamentos mais voltados para as crianças, o que coloca a segurança e a presença estatal como referências bastante precoces para as crianças no que se refere à utilização de espaços.

Quanto aos equipamentos culturais da cidade apresentados no Jogo da memória, percebia-se que seu reconhecimento se devia quase sempre a passeios com a escola em atividades programadas e que a utilização mais frequente não é comum em museus, galeria de artes e teatro municipal, o que denota que este tipo de visita não seja comum no cotidiano familiar.

Mesmo outros equipamentos e serviços apresentados nas imagens, apesar de conhecidos, não eram muito frequentados, o que indica que as crianças da periferia têm, no geral, sua vida mais restrita ao bairro. Alguns sequer conheciam o shopping center, e por conseguinte, nunca foram ao cinema. Outros tinham referências mais secundárias do funcionamento dos espaços do bairro, apontando a universidade e uma escola de ensino médio como “onde o meu pai vota”, ou seja, não sabendo que se dedicavam a oferta de estudos.

3. CONSIDERAÇÕES FINAIS

O projeto permitiu verificar que a formação integral das crianças ainda não incorpora o direito à cidade como dimensão pedagógica o que remete a uma discussão mais ampla acerca do currículo das escolas com jornada ampliada. Por outro lado, levou a percepção de que as crianças têm uma compreensão bastante complexa, guardado seu universo cultural,



acerca do bairro, da cidade e dos direitos a ela relacionados, e que a utilização intencionalmente educadora dos territórios poderia potencializar a apropriação dos mesmos e uma defesa mais ampla por parte da comunidade escolar, bem como da sensibilização cada vez mais precoce na infância sobre o direito de brincar e viver a vida no espaço público.

Revelou também que a elasticidade de apropriação do território é relativa, e que mesmo equipamentos do bairro e da cidade presumidamente conhecidos ainda não são conhecidos em suas funções e potenciais. Neste sentido, oferece uma perspectiva de quais espaços tem significado e pertencimento para as crianças no imaginário que tem sobre a cidade.

Também merece destaque a possibilidade de que os instrumentos empregados pelo grupo que desenvolveu o projeto possam ser adaptados como instrumentos de diagnóstico por parte da ação pedagógica de professores da escola, de maneira a explorar, compreender e incorporar o território no currículo da educação integral, contribuindo para uma educação para os direitos da criança, especialmente o direito à cidade.

4. REFERÊNCIAS

AZEVEDO, G. A. N. (2012). Sobre o papel da arquitetura escolar no cotidiano da educação: Análise das interações pessoa-ambiente para a transformação qualitativa do lugar pedagógico. In: **Anais** do XIV ENTAC: Encontro Nacional de Tecnologia do Ambiente Construído, v. 1, (p. 3494-3504). Juiz de Fora. Disponível em www.gae.fau.ufrj.br/assets/sobre-o-papel-da-arquitetura-escolar-no-cotidiano-2012.pdf. Acesso em 18 ago. 2016.

BARREAU DALY, C.; TORRES GÁLVEZ, J. L. Educación cívica en arquitectura y urbanismo: ciudadanos conscientes y participativos en la conformación de nuestro medio ambiente construido. **Revista de Urbanismo**, [S.l.], n. 16, ene. 2007. ISSN 0717-5051. Disponível em: <http://www.revistaurbanismo.uchile.cl/index.php/RU/article/view/301/233>. Acesso em: 13 ago. 2017 doi:10.5354/0717-5051.2007.301.

DELGADO, A. C. C.; MÜLLER, F. Em busca de metodologias investigativas com as crianças e suas culturas. **Cadernos de pesquisa**, v. 35, n. 125, maio-ago. 2005, p. 161-179. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/cp/v35n125/a0935125.pdf>. Acesso em 30 jan. 2018.

FRIEDMANN, A. **Paisagens infantis**: uma incursão pelas naturezas, linguagens e culturas das crianças. 2011. 255 f. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) - Pontificia



Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2011. Disponível em: <https://sapientia.pucsp.br/bitstream/handle/3284/1/Adriana%20Friedmann.pdf>. Acesso em 28 mar. 2018.

GARCIA, A. L. D. **No Meu Bairro, na Nossa Cidade a Ocupar a Liberdade – Práticas Criativas para uma Cidadania na Infância**. Dissertação (Mestrado em Educação) - Universidade de Aveiro, Aveiro, 2015. Disponível em: <https://ria.ua.pt/bitstream/10773/15446/1/tese.pdf>. Acesso em 28 mar. 2018.

GARCÍA PEREZ, F.; DE ALBA FERNANDEZ, N. ¿Puede la escuela del siglo XXI educar a los ciudadanos y ciudadanas del siglo XXI? **Scripta Nova**, v. XII, n. 270 (122), ago. 2018, p. 1-11. Disponível em: <http://www.ub.edu/geocrit/-xcol/394.htm>. Acesso em 28 mar. 2018.

RHEINGANTZ, P. A., AZEVEDO, G. A. N., BRASILEIRO, A., ALCÂNTARA, D. DE., QUEIRÓZ, M. **Observando a qualidade do Lugar**: procedimentos para a Avaliação Pós-Ocupação. Rio de Janeiro: PROARQ/FAU/UFRJ, 2009. Disponível em <http://www.fau.ufrj.br/prolugar/publicacoes.htm>. Acesso em 02 ago. 2016.

RIOS, G. A. As cidades como cenários de uma aprendizagem integradora. **Em Aberto**, Brasília, v. 25, n. 88, jul./dez. 2012, p. 163-174. Disponível em: <http://emaberto.inep.gov.br/index.php/emaberto/article/view/2593/2504>. Acesso em 30 jan. 2018.

SAULE JR., N. S. **Direito Urbanístico** - Vias Jurídicas das Políticas Urbanas. Porto Alegre : Sergio Antonio Fabris Editor, 2007.

SIERRA, V. M.; MESQUITA, W. A. Vulnerabilidades e fatores de risco na vida de crianças e adolescentes. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, Fundação Seade, v. 20, n. 1, p. 148-155, jan./mar. 2006. Disponível em: http://produtos.seade.gov.br/produtos/spp/v20n01/v20n01_11.pdf. Acesso em 30 jan. 2018.

SCHONARDIE, E. F.; LUTZER, A. V. B.; BERTON, D. C. Direito à cidade como instrumento de efetivação dos direitos humanos. **Revista eletrônica do curso de direito da UFSM**. v.8, p.379-385, 2013. Disponível em; <https://periodicos.ufsm.br/revistadireito/article/view/8337/5023>. Acesso em 30 jan. 2018.

VASCONCELOS, E. M. **Complexidade e pesquisa interdisciplinar**: epistemologia e metodologia operativa. Petrópolis : Vozes, 2011.

VINTRÓ, Eulália. Educação, escola, cidade: o Projeto Educativo da cidade Barcelona. In: Gómez-Granell, Carmen; Vila, Ignacio. **A cidade como projeto educativo**. Porto Alegre :



Artmed, 2003. p. 37-55.